

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.249 - CE (2013/0104829-4)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**RECORRIDO : ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADOR : DANIEL MAIA TEIXEIRA E OUTRO(S) - CE017118**  
**INTERES. : SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DO CEARÁ SIMEC**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO SANDRO GOMES CHAVES - CE006096**  
**LIDIANY MANGUEIRA SILVA - CE011003**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado do Ceará, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado (e-STJ, fl. 242):

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ABERTURA DE VISTA. AUSÊNCIA DE PARECER MERITÓRIO. ERROR IN PROCEDENDO. INEXISTÊNCIA.**

1. Incontroversa a oportunidade conferida à PGJ para se pronunciar sobre o recurso, sendo-lhe remetidos os autos em momento oportuno, estando devidamente contraminutado o agravo, a ensejar a plena percepção do litígio, não se justifica a reabertura de vista para elaboração de parecer de mérito, sobretudo quando a questão versada radica em torno de matéria recorrente, sumulada pelo STF e superada nesta Corte local, suscetível até mesmo de ser equacionada monocraticamente, dado o consenso invariável em torno do tema posto em discussão.

2. Mais a mais, "o que verdadeiramente constitui causa de nulidade processual não é a falta de efetiva atuação do Parquet, que eventualmente deixe de emitir parecer no processo, mas, isso sim, a falta de intimação que inviabilize a participação do MP na causa em julgamento" (STF, AGRAG 139.671-8/DF, Rel. Min. Celso de Mello).

3. Recurso não provido

O recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 82, III, 83, I, 84 e 527, VI, do CPC/1973.

Aduz, em síntese, que a intervenção do Ministério Público no caso dos autos – julgamento de agravo de instrumento – é obrigatória.

Assevera que o que "pretende com essa irresignação é evitar a desobediência contumaz aos dispositivos procedimentais do Código de Processo Civil. De fato, o Núcleo de Recursos Cíveis dessa instituição costumeiramente recebe processos pendentes de apreciação do recurso de agravo de instrumento em que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará não diligencia da forma prevista no art. 527, inciso I, II, IV, V e VI, do CPC" (e-STJ, fl. 257).

É o relatório.

Documento: 96589477

Página 1 de 2

# Superior Tribunal de Justiça

O entendimento adotado pela Corte de origem está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "a simples presença de pessoa jurídica de direito público não determina, por si só, a intervenção obrigatória do Ministério Público. O interesse público também não pode ser confundido com o interesse patrimonial do Estado, tampouco em razão do elevado valor da eventual indenização a ser paga pela Fazenda Pública" (REsp 801.028/DF, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 8/3/2007).

Por outro lado, a mesma jurisprudência firmou que, "à luz do artigo 527, do *Codex* Processual, não se revela obrigatória a oitiva do Ministério Público nos casos de indeferimento ou negativa de seguimento liminar do agravo de instrumento com fundamento no artigo 557, do mesmo diploma legal. Deveras, o mesmo tratamento processual conferido à negativa liminar de seguimento do agravo de instrumento deve ser dado ao provimento *in limine* do aludido recurso, nas hipóteses em que a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, razão pela qual se deduz a ausência de obrigatoriedade de intimação prévia do *parquet*, em observância ao princípio da celeridade processual" (REsp 824.352/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 1º/10/2008). Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. ALIMENTOS. NÃO ABERTURA DE VISTA PARA PARECER DO MP. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE. PRECEDENTES. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO ÓRGÃO PAGADOR PARA CONFERÊNCIA. SUPOSTO NOVO EMPREGO. NÃO CABIMENTO. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A obrigatoriedade da prévia vista do Ministério Público Federal pressupõe a ultrapassagem do juízo de admissibilidade do recurso. Precedentes.
  2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento do disposto na Súmula 283/STF.
  3. Agravo Regimental não provido.
- (AgRg no REsp 1.357.371/DF, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/5/2013, DJe 4/6/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Ministro